



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010103-11.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Auto Mecânica Idenir Ltda Me**
 Requerido: **Pellegrino Distribuidora de Autopeças Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

AUTO MECÂNICA IDENIR LTDA ME ajuizou ação declaratória c.c. indenização contra **PELLEGRINO DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA**, alegando, em síntese, que a requerida emitiu notas fiscais ilegítimas em nome da autora, referentes a produtos jamais solicitados, utilizando-se indevidamente de seus dados, o que caracteriza crime contra a ordem tributária, da qual a autora pode vir a ser penalizada. Em razão disso, requer a procedência da ação para fins de que seja declarada a responsabilidade da ré por eventuais encargos fiscais infligidos pelo fisco estadual correspondente as notas fiscais indevidamente emitidas, além dos danos materiais no valor de R\$3.800,00 e danos morais na quantia de R\$30.000,00. Com a inicial (fls. 01/24), vieram os documentos (fls. 25/59).

Devidamente citada (fls. 63), a ré deixou transcorrer *in albis* o prazo para se manifestar (fls. 64).

Houve manifestação da autora (fls. 67/69).

É o relatório.

Fundamento e Decido.

O feito comporta julgamento antecipado da lide, aplicando-se os termos do art. 355, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

A demanda há de ser julgada parcialmente procedente. Dos efeitos da revelia presumem-se verdadeiros os fatos narrados à inicial, em especial a responsabilidade pela emissão indevida de notas fiscais narrada.

Sendo assim, vislumbra-se que as notas fiscais apontadas pela autora foram emitidas pela ré sem qualquer outro documento que demonstrasse a existência de eventual pedido de fornecimento dos produtos elencados (fls. 44/46). No caso vertente não há, portanto, prova de que efetivamente a autora houvesse adquirido aquelas mercadorias.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ora, a par da revelia, não se desincumbiu a ré da prova de existência de causa subjacente que justificasse a emissão das referidas notas fiscais. Logo, incontroversa a emissão indevida de notas fiscais de compra e venda de mercadorias em nome da autora, indicadas a fls. 44/46.

Destarte, a ré assumiu o risco pela veracidade das informações, respondendo por eventual prejuízo que causar àquele que efetivamente não realizou as compras. Assim, não restando comprovadas as operações de compra e venda documentadas (fls. 44/46), é irrecusável a responsabilidade da ré por eventuais lançamentos indevidos.

Note-se que a possibilidade de rejeição das notas fiscais por parte da própria autora não exime a ré de sua responsabilidade de não permitir eventual utilização de dados por terceiros e, conseqüentemente, não a isenta do dever de cancelar e/ou retificar as notas fiscais emitidas. Some-se a isto, a denúncia lavrada pela autora quanto às transações em debate (fls. 54/56), sem ulterior comprovação de eventual atendimento da Secretaria da Fazenda Estadual em cancelar as notas fiscais e/ou de invalidar lançamentos indevidos.

Assim, verossímil a alegação da autora, de modo a justificar a declaração de responsabilidade da ré por eventuais encargos fiscais decorrentes das notas fiscais indevidamente emitidas por ela.

Por outro lado, não obstante a comprovada prática do ato ilícito pela ré, ausente comprovada repercussão para o nome e reputação da empresa autora, não há que se falar em dano moral indenizável, nos termos da Súmula 227, STJ. Ou seja, para que surja o dever de indenizar em razão do alegado dano moral sofrido, exige-se da parte autora a inequívoca comprovação de que tenha sofrido dano à sua honra objetiva, vale dizer, tenha tido atingido o conceito, a credibilidade, de que goza perante à sociedade e terceiros decorrente do evento danoso, o que não ficou comprovado no caso concreto, vez que sequer houve autuação do Fisco, tampouco imputação de multa e outras penalidades que pudesse fragilizar a continuidade de sua atuação no mercado.

Da mesma forma, não há que se falar em ressarcimento de honorários contratuais à autora, vez que, além de não demonstrada a efetiva ocorrência de prejuízo patrimonial decorrente do contrato juntado na inicial (fls. 57/58), não se pode atribuir à requerida um ônus decorrente de uma relação jurídica da qual não participou.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para declarar a responsabilidade da empresa ré por eventuais encargos fiscais estaduais (da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

não escrituração e do não pagamento de tributos) decorrentes das notas fiscais indevidamente emitidas, indicadas a fls. 44/46.

Sem sucumbência, haja vista que a autora decaiu da maior parte do pedido.

P.I.

Araraquara, 21 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**